



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPOS I
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA**

JOÃO BATISTA CARNEIRO DOS SANTOS

**O DISCURSO FUNDANTE DO BRASIL NA OBRA HISTÓRIA
GERAL, DE FRANCISCO ADOLPHO VARNHAGEN,
INTERPRETADA POR JOSÉ CARLOS REIS.**

Campina Grande- PB

2016

JOÃO BATISTA CARNEIRO DOS SANTOS

**O DISCURSO FUNDANTE DO BRASIL NA OBRA HISTÓRIA
GERAL, DE FRANCISCO ADOLPHO VARNHAGEN,
INTERPRETADA POR JOSÉ CARLOS REIS.**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado a Coordenação do Curso de
História da Universidade Estadual da
Paraíba, como requisito parcial à
obtenção do título de graduado em
Licenciatura Plena em História.

Orientadora: Prof. Dr. Lúcia Freire
Monteiro.

Campina Grande- PB

2016

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

S237d Santos, João Batista Carneiro dos
O discurso fundante do Brasil na obra História Geral, de Francisco Adolpho Varnhagen, interpretada por José Carlos Reis [manuscrito] / João Batista Carneiro dos Santos. - 2016.
26 p.

Digitado.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Educação, 2016.
"Orientação: Profa. Dra. Luira Freire Monteiro, Departamento de História".

1. Historiografia brasileira. 2. Varnhagen. 3. Discurso. I.
Título.

21. ed. CDD 981

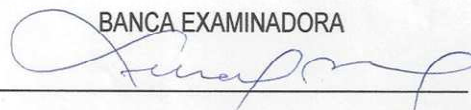
JOÃO BATISTA CARNEIRO DOS SANTOS.

O DISCURSO FUNDANTE DO BRASIL NA OBRA HISTÓRIA
GERAL, DE FRANCISCO ADOLPHO VARNHAGEN,
INTERPRETADA POR JOSÉ CARLOS REIS.

Artigo, ao curso de Licenciatura em
História da Universidade Estadual da
Paraíba, como requisito parcial à
obtenção do título de Licenciado em
História.

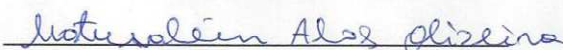
Aprovada em: 24/10/2016.

BANCA EXAMINADORA



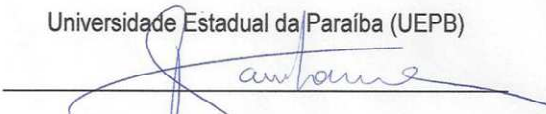
Prof. Dr. Luira Freire Monteiro (Orientadora)

Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof. Dr. Matusalém Alves de Oliveira

Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof. Dr. Flávio Carreiro de Santana

Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

A Deus pela sua misericórdia, graça, amor, justiça, fidelidade e principalmente salvação através de seu filho unigênito, (Jesus Cristo) o autor e consumidor de minha fé.

AGRADECIMENTOS

A toda a coordenação do curso de História por seu empenho e auxílio durante toda a graduação.

A professora orientadora pelas leituras sugeridas ao longo dessa orientação e pela dedicação.

A minha Mãe, Dona Maria Ana, pelo seu amor e incentivo na minha trajetória estudantil desde terra idade.

Minha esposa Gerucia e filho Ibrahim, colunas de renovação para realização desse sonho.

Aos funcionários da UEPB, pela presteza e atendimento quando nos foi necessário.

Aos colegas de classe pelos momentos de amizade e apoio. E a todos os companheiros de curso.

Meu irmão Gilson pelos incentivos. A amiga Merciliana e suas caronas abençoadoras sem as quais seria impossível chegar nos horários certos durante todo o curso.

Sumário

	INTRODUÇÃO.....	8
1	POR UM CONTEXTO CRIATIVO.....	9
2	ADENTRANDO A CENA: O AUTOR DA HGB.....	11
3	A HISTÓRIA GERAL DO BRASIL E SUAS TEMÁTICAS.....	12
4	A CRÍTICA DE JOSÉ CARLOS REIS.....	17
5	CONCLUSÃO.....	22
6	REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS.....	26

O DISCURSO FUNDANTE DO BRASIL NA OBRA HISTÓRIA GERAL, DE FRANCISCO ADOLPHO VARNHAGEN, INTERPRETADA POR JOSÉ CARLOS REIS.

JOÃO BATISTA CARNEIRO DOS SANTOS¹

Resumo

O presente artigo tem como ponto de partida a obra História Geral do Brasil, escrita por Adolpho Varnhagen, e publicada em 1854. Considerada o discurso fundador da nação brasileira, entendemos ser a mesma um documento-monumento que sofreu modificações em sua análise interpretativa ao longo da história. Objetiva-se, aqui, além de apresentar a obra em si e sua organização interna e principais temáticas, traçar um paralelo com a análise levada a efeito por José Carlos Reis, no sentido de dar relevo aos interesses e críticas que a HGB sofreu no decorrer do século XIX e XX e que ainda hoje desperta o interesse dos historiadores, que continuam a transformá-la e reconfigurá-la a partir de suas novas e múltiplas inquietações.

Palavras-chave: Historiografia Brasileira. Varnhagen. Discurso fundador .

Introdução

É inegável, em nossos dias, a importância assumida pela história, enquanto prática escrita, no estabelecimento de referências para a nação e com o intuito de estabelecer referências para a nação brasileira, a história tem papel central. Uma vez que a ideia de “identidade nacional” está intimamente ligada ao passado reconstruído intelectualmente, a memória produzida pela História é, de maneira geral, importante fonte de legitimação para o poder político e a ordem social existente. A narrativa do passado que se quer fazer lembrar é constituída, basicamente, através de uma seleção de acontecimentos e estruturas que dará suporte, por sua vez, a uma história que dote de significado a experiência da comunidade nacional².

Nesse contexto, é de suma importância ressaltar o papel da *escrita da história* bem como do *historiador*, haja vista que tanto um quanto outro darão contornos

¹ Aluno de Graduação em história na Universidade Estadual da Paraíba- Campos I.
Endereço eletrônico; joabatistacarneiro123@hotmail.com

² RICUPERO, Bernardo. **O Romantismo e a ideia de Nação no Brasil (1830-1870)**. São Paulo: Martins Fontes, 2004, p. 13..

ao que seria o “brasileiro” como indivíduo e como povo, qualificando, desta forma, um projeto de civilização para o país.

O presente trabalho se volta à análise do discurso fundante de Francisco Adolpho Varnhagen, nos termos esculpidos no trabalho de seu comentador, José Carlos Reis³. É nossa intenção demonstrar como Reis analisou a obra seminal de Varnhagen que, como homem de letras sem formação específica no campo da história, foi capaz de definir um método, escolher suas fontes, articular uma escrita e representar pretensões coletivas, legando ao Brasil um modelo de história até então inexistente no contexto nacional.

Nesse sentido, os *discursos historiográficos* sobre a nação com que trabalhamos são entendidos como *práticas sociais*, isto é, “como um modo de ação historicamente situado, que tanto é constituído socialmente como também é constitutivo de identidades sociais, relações sociais e sistemas de conhecimento e crença”⁴. Isso implica, portanto, uma dialética entre discurso e sociedade, pois o discurso é tanto moldado pela sociedade quanto é constitutivo da estrutura social.

Dessa forma, ver a escrita da história como *discurso*, como construção social, é analisar como os participantes envolvidos na construção do significado estão agindo no mundo por meio da linguagem, e estão, desse modo, construindo a sua realidade social e a si mesmos⁵.

É importante ressaltar, nesse contexto, que, à medida que a história se constitui como prática discursiva institucionalizada, ela contribui também para o estabelecimento do vínculo entre discurso e poder.

A partir dessas considerações iniciais, proponho uma discussão que traga à luz o projeto discursivo, político e, por conseguinte, ideológico sobre a elaboração de uma história do Brasil empreendido pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB).

1. Por um contexto criativo

A emancipação política da maior colônia portuguesa não foi fruto extemporâneo. Trata-se do ápice de um processo de degradação das relações com a metrópole exposto a cada uma das rebeliões ocorridas ao longo dos séculos, e que tomou forma aos poucos, assomando-se na *inconfidência*

³ IN REIS, José. **As identidades do Brasil – de Varnhagen a FHC**. São Paulo: Editora FGV, 2003.

⁴ RESENDE, Viviane de Melo & RAMALHO, Viviane. **Análise de discurso crítica**. São Paulo: Contexto, 2006, p. 26..

⁵ MOITA LOPES, Luiz Paulo da. **Identidades fragmentadas: construção discursiva de raça, gênero e sexualidade em sala de aula**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2002.

mineira, na *revolta dos alfaiates* e mesmo em 1817, quando a insatisfação com a monarquia bragantina atingiu seu ápice⁶.

Representar o processo de desvinculação de uma colônia que se tornara reino unido e que detivera em si a qualidade de sede monárquica soergueu-se como tarefa espinhosa para os intelectuais da época, pouco afeitos à produção historiográfica nos moldes que entendemos como tal⁷. Engendrar uma narrativa que explicasse a formação do que se pretendia como nação, definindo uma identidade comum e dissolvendo as múltiplas diferenças internas, exigiria um acentuado exercício de inovação, inexistente em trabalhos mais antigos e de fôlego, mas de natureza e finalidade distintas como o de Robert Southey⁸ e de Rocha Pitta⁹.

Se no contexto do primeiro reinado a narrativa agregadora não emergiu, deve-se destacar o esforço da experiência regencial como momento fecundo de institucionalização nesse sentido. Espaços de memórias tais como o Arquivo Nacional, a Sociedade para a indústria, o Colégio Pedro II e o Instituto histórico e Geográfico evidenciam o desejo governamental em sedimentar o arcabouço da nacionalidade em construção, ainda vagando em busca de seu próprio perfil, desvinculado dos portugueses.

Não à toa o IHGB faz valer um concurso monográfico para aceitar propostas sobre os rumos a ser tomadas para a escrita da história nacional. A respeito, destacou DIHEL (1988:25¹⁰):

O IHGB, pela produção do conhecimento historiográfico, buscou, em primeiro lugar, o esclarecimento dos que ocupavam o topo da pirâmide social, os quais, por sua vez, trariam o esclarecimento ao restante da sociedade, tendo sido esse, basicamente, o ponto central no qual residiu o pensar a nação brasileira.

O número de participantes desse certame denuncia a dificuldade da tarefa: somente dois pensadores¹¹ ousaram apresentar propostas, dentre as quais

⁶ Cf. PIMENTA, João Paulo. **A independência do Brasil como uma revolução: história e atualidade de um tema clássico**. In Revista História da historiografia: Ouro Preto (03) Setembro, 2009/ 53-82.

⁷ A respeito, ver PEDROSA, Fábio Mendonça. **A Academia Brasílica dos Esquecidos e a história natural da Nova Lusitânia**. Revista da SBHC; nº I/2003 IA, pp. 21-28.

⁸ Inglês de nascimento, residente em Portugal, sua “História do Brasil”, de 1810, narra do início da colonização à chegada da família real, em 1808. O Autor nunca veio à América nem conhecia o Brasil, e sua história foi encomendada pelos próprios portugueses.

⁹ Importante historiador e poeta do século XVII, nascido na Bahia, Sebastião da Rocha Pitta foi autor, dentre outras, da obra intitulada *História da América Portuguesa* (1730), produzida em um período em que a capacidade de contar a História de Portugal e do império luso-brasileiro compunham um quadro de preocupações centrais de um reino atribulado em legitimar-se frente a outras nações

¹⁰ Dihel, Antônio Astor. *A cultura historiográfica: do IHGB aos anos 1930*. Passo Fundo: Ediupf, 1998. p. 25

¹¹ O segundo colocado no certame foi Henrique Júlio de Wallenstein, com a monografia “Memória sobre o melhor plano de se escrever a história antiga e moderna do Brasil”. A leitura

venceu o bávaro Karl Philippe Von Martius, com a sua “De como se deve escrever a história do Brasil”. Doravante, ter-se-ia a “receita” para que se escrevesse o que se pretendia sobre a nova nação, ainda contaminada por rebeliões de norte a sul, tarefa recusada pelo próprio Martius, por se julgar inepto.

Se alguns tentaram fazê-lo, não se noticiou tais esforços. No entanto, a ascensão do imperador Pedro II e seu envolvimento com o instituto, promovendo meios para a realização do pretendido ideário de nação resultaram na narrativa do, posteriormente nominado, Visconde de Sorocaba, ou Francisco de Adolfo Varnhagen.

2. Adentrando a cena: o autor da HGB

Varnhagen nasceu no Brasil em 17 de Fevereiro de 1816, filho de pai alemão e mãe portuguesa, mas mudou-se para Portugal com sete anos de idade, por motivações profissionais de seu pai. Em solo europeu começou seus estudos no Colégio Militar da Luz, ingressando no 2º Batalhão de artilharia, no qual lutou ao lado de D. Pedro pela disputa do trono após a morte de D. João VI. Também fez parte do Colégio dos Nobres e da Academia de Fortificações, onde recebeu diploma de engenheiro.

Replicando uma atuação comum aos que auferiam titulação acadêmica, passou a dedicar-se aos estudos históricos. Com acesso à rica documentação dos arquivos portugueses, escreveu “Reflexões Críticas sobre o escrito do Século XVI”, texto que serviu como ingresso na Academia Real de Lisboa, aspiração vetada à maioria dos intelectuais brasileiros¹².

Aos 24 anos deixou a carreira militar em Portugal e retornou para o Brasil, vindo a morar no Rio de Janeiro, onde fez opção pela nacionalidade brasileira¹³. Tal escolha se embasou na percepção de que o Brasil era uma nação em construção e que oferecia variadas possibilidades para um futuro que se destacasse no cenário das nações.

do parecer que o desclassificou do concurso e da possibilidade de receber o prêmio de 300.000 reis levou-o ao suicídio, uma vez que seu trabalho foi considerado “uma concepção ultrapassada para definir a escrita do passado”. A respeito ver GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Livro de fontes de historiografia brasileira. Rio de Janeiro: UERJ/FAPERJ, 2010.

¹² Cf. KANTOR, Ísis. **Esquecidos e Renascidos. Historiografia acadêmica luso americana**. São Paulo: Hucitec, 2004.

¹³ Tal escolha era garantida pelo Decreto imperial de 24 de setembro de 1844, decreto esse que possibilitou a brasileiros e portugueses optarem a sua nacionalidade independentemente do lugar onde se nascia, no pós independência.

No Brasil, apesar de não ter o perfil político dos membros do IHGB¹⁴, sob a indicação de Antônio Menezes Vasconcelos de Drummond, ministro plenipotenciário do Império em Lisboa, ingressou como associado da instituição em 1839, onde assumiu a secretaria¹⁵. Três anos depois, ingressou na carreira diplomática brasileira, onde desempenhou os mais diversos cargos e representações.

Em suas viagens pela América do Sul e Europa, Varnhagen teve acesso a variadas séries documentais que acirraram seus interesses no campo da história, vendo nesses arquivos a possibilidade de legitimar uma historiografia tipicamente brasileira, até então inexistente, bem como seu próprio discurso científico, em processo de solidificação.

O lugar social de Varnhagen e sua visão de mundo estavam conectados e alinhados com o da elite intelectual brasileira, que planejava definir e garantir uma ideia de identidade nacional para o Brasil. Pensada sempre a partir de um Estado legitimador, sistematizado, sem rupturas, uma continuidade do modelo europeu aqui nos trópicos, passou a dedicar-se à produção de uma história que definisse aos brasileiros como ocorrera a formação do país, calcado sempre na percepção da necessidade de fazer da historiografia um veículo construtor de identidade nacional.

3. A História Geral do Brasil e suas Temáticas

Dividida em dois tomos, a primeira edição da HGB foi publicada pela primeira vez em 1854 e 1857 cada volume, respectivamente. Em 1877, Varnhagen reeditou uma segunda edição da obra com suas próprias notas também em dois tomos.

Adquirido os direitos autorais pela Companhia Melhoramentos, de São Paulo, no final do século XIX, a obra foi regularmente relançada no primeiro lustro do século seguinte, sendo a 3ª. Edição publicada por iniciativa de Capistrano de Abreu, em 1906, contando apenas como o primeiro tomo. Em 1927, publicou-se a terceira edição integral (tomo I, em 1927; tomo II, 1930; Tomo II, 1931, tomo IV, 1934 e tomo V em 1936). Em 1949 publicou-se a quarta edição, com os dois primeiros tomos. Em 1952 publicaram-se os três últimos tomos. A 5ª.

¹⁴ Segundo Lilia Schwarcz, dos 27 sócios fundadores, 22 ocupavam altas posições no governo imperial, sendo dez destes conselheiros do Estado, dos quais seis eram senadores do Império. Além do fato de tais homens estarem engajados na política da Corte, alguns destes eram militares e nobres. In SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O Espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930**. São Paulo, Companhia das Letras, 2005. (Capítulo 4).

¹⁵ Segundo WEELING, a secretaria era um cargo de pouca visibilidade, geralmente ocupado pelos ihagagebeans de menor poder político ou financeiro. In, WELLING, Arno. **Estado, história e memória: Varnhagen e a construção da identidade nacional**. Rio de Janeiro: Nova fronteira, 1999.

Edição foi publicada integralmente em 1956 e serviu de fonte à pesquisa que dá suporte ao presente trabalho.

Seu texto buscou formar uma síntese de seu tempo, uma fotografia que expressasse a aspiração de hegemonia ideológica do autor, ultrapassando os limites da crônica, até então sempre ligada a regionalismos e fatos isolados. Varnhagem desejou ampliar o foco de pesquisa para pensar o nacional, bebendo nas sugestões de Karl Philipp Von Martius contidas no ensaio “De Como se deve escrever a história do Brasil”, de 1845, no sentido de responder e garantir as aspirações da elite pensante brasileira no seu projeto de identidade nacional.

Seus principais temas ancoram-se na percepção de que a emancipação política brasileira não foi marcada por extrusões, mas pela continuidade do modelo português, cerne de nossa civilidade e liame das terras americanas com o Velho Mundo. A Casa de Bragança com seus vultos heroicos, D. Pedro como o grande pai, a sociedade civilizada, a lei, a ordem, a fé, a religiosidade católica, e a autoridade do Estado são alguns dos elementos conceituais realçados enfaticamente no texto da HGB. A respeito, MONTEIRO (2016:57) destaca que

No exercício de arquitetar uma identidade para o Brasil, aquele autor optou por definir também o outro em relação a esse Brasil, e esse outro não seria Portugal, como veremos adiante. Caracterizou, pois a Portugal, como parte coesa de um projeto que não se encerrou quando da independência, bem ao contrário: o Brasil foi transformado em nação por estratégia do Estado monárquico português, que se enraizava na América pela manutenção de sua dinastia. Sua História Geral do Brasil, portanto, não foi uma história de rupturas políticas, de contendas e desentendimentos, mas uma história de permanências, de perenidades, sendo o papel de Portugal determinante para seu desenrolar.

O imaginário nacional no pós-independência não seria esse: bem ao contrário, no bojo do processo de emancipação, os portugueses se assumiram como inimigos que escravizaram o Brasil por séculos, cobrando impostos, remetendo riquezas à metrópole. Graças à astúcia perpetrada no vintismo luso, solidificou-se tal percepção, já existente de forma isolada em levantes ocorridos aos longos da colonização, generalizando-se em 1817, mas tendo seu ápice em 1822. Como antítese desse imaginário surge a HGB, aspirada como projeto de uma identidade para o Brasil tendo Portugal como modelo a ser seguido aqui na América. Vejamos a obra em sua 5ª. Edição, publicada em 1956.

Tomo I, no capítulo I há uma abordagem da origem do nome Brasil, sua topografia, clima, fauna, flora e toda sua imensa diversidade paisagística. Do II ao IV, a ênfase da análise se volta para os indígenas, o cálculo de sua população, noção de patriotismo, unidade de raça e língua com especificidades ao uso de armas e indústrias dos tupis bem como as suas ideias religiosas e

organização social de forma geral. Do V ao IX, o descobrimento da América e do Brasil, as explorações primitivas da costa brasileira com uma minuciosa narrativa dos heróis destes feitos, demarcações de fronteiras conquistadas e o pensamento de colonização do Brasil em maior escala. Resultados da expedição de Martim Afonso, seus feitos, sucesso nos combates contra os franceses, o estabelecimento e solidificação da colônia e o resolver-se a participação do Brasil em capitanias. No X, os direitos dos colonos e privilégios dos donatários ou forros dos donatários, os deveres para com o rei e os colonos. Também é descrito leis e códigos para os diversos personagens desse contexto.

XI e XII: percebe - se uma crônica primitiva das seis capitanias cuja colonização vingou, e capitanias cuja primitiva colonização se malogrou por insubordinações aos seus donatários. XIII vida dos primeiros colonos e suas relações com os índios, a mulher como elemento de fusão. Caribocas, mamelucos, trabalho dos índios, festas públicas e privadas bem como escravos índios. XIV, o foco se dá com relação a origem da escravidão dos africanos bem como os seus perigos e ameaças para o projeto de colonização do Brasil. Capítulo XV, o estabelecimento de um governo central na Bahia. XVI ao XVIII, a criação de um bispado conclui o governo de Tomé de Sousa. o governo de D. Duarte da Costa e as concessões feitas ao novo governador. Mem de Sá, Expulsão dos franceses e a capitania do Rio de Janeiro bem como sua colonização, socorro ao Espírito Santo e os reforços das diferentes capitanias. XIX e XX, a nova cidade de São Sebastião, os índios e sua liberdade, os jesuítas e suas relações com os índios. Sequencia do governo de Mem de Sá e sua Morte. E por fim XXI e XII, redução do Rio real, Itamaracá e Cabo Frio, Malogro da Paraíba. Manuel Teles Barreto. A Paraíba, seu forte e sua colonização. Três ordens religiosas.

Tomo II, Capítulo XXIII, O Brasil em 1584- misericórdias, literatura contemporânea. XXIV, governos interinos, de D. Francisco, e de Diogo Botelho. Colonização de Sergipe e Rio Grande. Malogros em Minas e no Ceará. XXV, governo de Menezes. Ceará. Separação do Sul. XXVI, Colonização do Maranhão - Pará. O Brasil até 1624, a ocupação do porto maranhense pelos franceses bem como as providencias para a retomada do controle no maranhão, guerras e mortos. XVII, perda e recuperação da Bahia. O Sul e o Maranhão. O XXVIII descreve desde a invasão de Pernambuco até chegar Nassau com novos planos contra o Brasil, uma abordagem dos perigos e as estratégias a serem tomadas para protegerem o Brasil. XXIX, governo de Nassau até levantar o sítio da Bahia, e o XXX, desde o sítio da Bahia até a partida de Nassau.

Tomo III, XXXI: Revolução de Pernambuco até a primeira ação dos Guararapes, XXXII desde a recuperação de Angola até o fim da guerra, o regimento da ilha. Morte de Camarão, elogio desse herói e sua naturalidade.

Destaque ao inimigo do recôncavo da Bahia, o conflito entre Inglaterra e Portugal é destacado, além de fontes históricas acerca das guerras com os holandeses. XXXIII, O Brasil (Estado) estranho as lutas holandesas (1630-1654) invasões dos paulistas mais baixo do Salto Grande do Paraná e as queixas dos jesuítas. XXXV trata do Paraná e Maranhão durante o mesmo período (1630-1654) há uma abordagem dos fortes estrangeiros no Tucuju. Narração de Cristóvão de Acuna, sua importância. Mercenários. Funda-se o primeiro convento no Pará. A morte de Pedro Teixeira e a aclamação de D. João IV. O capítulo XXXV destaca os dois Estados, Maranhão e o do Brasil até a paz de 1668, o triunfo de Vieira. Junta das Missões. Lei de 1655, favorável aos jesuítas. A escravidão dos índios sancionada a favor do padre Vieira, sublevações as câmaras de São Luiz e de Belém contra os jesuítas, estatísticas do Estado do Maranhão, primeiras povoações. Estado do Brasil. Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco. Abordagem da guerra entre holandeses e Portugal, o Código filipino e o Conselho Ultramarino e outros tribunais, nobreza e o povo.

XXXVI- faz uma abordagem desde o Tratado de 1668 até a execução do Tratado de 1681. Passando do aumento da escravatura africana no Estado do Maranhão e seu estaleiro, famílias açorianas chegadas no Pará e os Palmares. Índios bravos nas imediações da Bahia e suas consequências. XXXVII- trabalha o Tratado de 1681 até o de Aliança em 1703. A origem da questão do Oiapoc. Invenção de Ferrolles. Nova lei libertando os índios logo modificada. Juntas de Missões . Instituição de uma Companhia de Comercio para o Maranhão e a Revolta de Boqueirão. XXXVIII- é destacado as consequências da liga de 1703 até as pazes de UTRECHT (1715). XXXIX- Factos e sucessos 1703 a 1715, os estranhos a Liga: o tumulto do Maneta na Bahia, Revolta do Recife. Os Mascates. A resistência de Olinda. Os cronistas desse feito. Os preparativos para a guerra. Devoção dos Olindenses. Fala sobre Goiana. Sul da capital. Novo camarão. E vemos também relatos de São Paulo proclamada cidade.

Tomo IV: XL- O corte histórico vai desde as pazes de Utrecht até o Armistício de Paris em 1737, com destaque para academia dos Esquecidos e suas obras, a pauta da alfândega, freiras da lapa e a anexação de Pernambuco a coroa. XLI- O autor Varnhagen trabalha desde o Armistício de Paris (1737) até o Tratado de 1750. XLII- As minas de ouro e diamantes. Desordem dos Emboabas. Minas da Bahia e sublevação. XLIII- Sucessos importantes desde o ajuste de 1750 até o de 1761. Destaque das intrigas contra o tratado, mudanças das capitânicas dos governos do Maranhão e de Mato Grosso. Instruções para as demarcações, as concessões que foram feitas, as primeiras demarcações no Sul. A resistência dos índios a essas mudanças. A anulação do tratado de 1750 explicada. Serviços dos jesuítas ao Brasil. Catequese e educação religiosa. XLIV- Sucessos importantes desde o Tratado de 1761 ao

de 1777. XLV- D. José I e Pombal. O elogio de José I. Os grandes dotes de Pombal, a incorporação de todas as capitanias na coroa. Nova capitania do Maranhão e Piauí independente da do Pará. Joaquim de Melo e povoados. A questão dos Caboclos. Casamentos com índias. Cristãos novos e velhos e a questão do ouro no Brasil. XLVI- Tratado de 1777 e o governo de Maria Primeira. XLVII- As ideias e conluios em favor da independência em Minas.

Tomo V: XLVIII- A Regência do Príncipe D. João em Lisboa. Seus precedentes. A Revolução Francesa, sua origem. Rousseau, Voltaire, Montesquieu. Os enciclopedistas. As consequências da Revolução. A entrada de Portugal na colonização contra a França os desdobramentos do tratado de Badajoz e o descontentar de Bonaparte. Destacasse também no capítulo como se deu a emigração de toda a corte e governo para o Brasil, sofrimentos e heroicidades em Portugal. Destaca-se uma nova era para o Brasil. XLIX- O Brasil e suas Capitanias durante a Regência em Lisboa: suas rendas, produções etc. A agricultura e comércio. A mulher. Civilização de índios. O Rio Negro. Pará e a exploração de alguns rios da Capitania etc. Capítulo L- Problematiza a chegada do príncipe ao Brasil e sua administração. LI – A sua política exterior, negociações, conquistas e tratados como o Armistício com Buenos Aires por exemplo, etc. LII- O destaque é a Revolução Pernambucana em 1817. LIII- Minas de ferro. As primeiras fundições em Ponto Grande. LIV- Escritores, viajantes e impensado do Reinado. Morais e seu dicionário da língua portuguesa. Destaca-se também Southey e a sua História do Brasil. Príncipe Maximiliano. Proposta de uma capital para o interior e os serviços de Hipólito comparados aos de Franklin.

Em suma, depois de vermos os cinco tomos de História Geral do Brasil em sua 5ª. Edição.

O comando político e administrativo do Brasil devia ser feito pela família real, liderada pelo Imperador. D João. VI, uma vez que Varnhagen só admitia a independência do Brasil por conta da sua liderança estar nas mãos do sangue real. O Brasil devia favores a Portugal por conta de sua colonização que lhe trouxe a civilização. O bandeirante era visto como um herói que desbravou os sertões e povoou as áreas mais afastadas do poder central garantindo assim a unidade geográfica e espacial do Brasil. O catolicismo era a ponta de lança evangelizadora da gente nômade e o carro chefe que legitimava a colonização, pois Deus foi quem enviou Portugal para salvar da barbárie tal gente, promíscua, imoral, antropofágica, e em muitos casos infiel ao seu salvador, o que legitimava o massacre de várias tribos indígenas por suas rebeldias.

Varnhagen também sustentava que os índios deveriam sim trabalhar como mão-de-obra servil, ao contrário do que pretendiam alguns evangelizadores como os jesuítas. Desde 1760, o Marques de Pombal, então ministro de D. José I de (1750-1777), já tinha suas discórdias para com os jesuítas, os expulsando do Brasil nesta data. A visão de Varnhagen em História Geral para os negros era outra. “Para ele, os traficantes negreiros fizeram um grande mal

ao Brasil entulhando as suas cidades do litoral e engenhos de negrarias.”(Ibd, 2000,p.42)

Para Varnhagen os traficantes negreiros cometeram o grande erro de entulharem as suas cidades com as negrarias trazidas do continente africano. Varnhagen ironicamente reconheceu que os escravos não possuíam laços de identidade aqui do lado do Atlântico, já que suas raízes encontravam-se todas do lado de lá, família, cultos religiosos e etc, mesmo reconhecendo que os negros tiveram sorte de terem tido contato com o cristianismo e a civilização. Na minha concepção após a leitura de Reis, compreendo também o olhar de varnhagen e sua postura que era contrária á entrada de negros no Brasil, pois numa perspectiva de querer o embranquecer da nação, os negros estavam na contra mão da evolução e seu discurso racial para o Brasil. Compreendemos que as teorias raciais e evolutivas fazem parte do debate científico do século XIX na Europa, e Varnhagen pretendia equiparar o Brasil com estas concepções teóricas e raciais das nações europeias em plena direção de uma suposta evolução.

4. A crítica de José Carlos Reis à HGB

Foi somente nos anos 1850, com Varnhagen, que surgiu a obra de história do Brasil independente mais completa, confiável, documentada, crítica, com posições explícitas: a História do Brasil, que superou as obras mencionadas anteriormente sem, no entanto, torna-las descartáveis. A História geral do Brasil refletia uma preocupação nova no Brasil com a história, como a documentação sobre o passado brasileiro, (Reis, 2000.23)

Esta citação retirada da obra, As Identidades Do Brasil De Varnhagen A FHC, do Historiador José Carlos Reis, do tópico (ANOS 1850: VARHAGEN O elogio da colonização portuguesa), publicada em 1999, que se propõe a discutir e problematizar como foi á formação do Brasil-Nação? Bem como as múltiplas (concepções e ideias) de identidade brasileira nesta formação, num corte de tempo que vai de Varnhagen (1850), a Fernando Henrique Cardoso (1970). Foi a partir do contato e leitura desta obra, que surgiu a vontade de analisar o discurso fundante de Varnhagen em História Geral segundo a interpretação de seu autor, José Carlos Reis. A citação demonstra parte do posicionamento e da crítica de Reis com relação á História geral do Brasil proposta por Varnhagen e o seu discurso fundante nos anos 1850.

A História Geral do Brasil e sua fabricação trata-se do reflexo de uma preocupação nova no Brasil da segunda metade do século XIX. Para Reis, Varnhagen tinha se proposto a capilar, delimitar e estratificar uma documentação do passado em relação ao Brasil, e essa proposta de Varnhagen se enquadrava e representava também os anseios do Instituto

Histórico e Geográfico Brasileiro bem com a institucionalização de reflexões e de pesquisas históricas promovidas por esse instituto, somando a isso, havia também o processo da independência política e a construção do Estado Nacional, ou seja, as condições históricas do Brasil foram favoráveis e impulsionadoras para o surgimento da História Geral do Brasil nos anos 1850.

Para falarmos de forma direta sobre a crítica de Reis em relação ao discurso fundador de Varnhagen em História Geral do Brasil. Se faz necessário uma explicação importante.

Na sua crítica a História Geral, Reis, divide a obra em tópicos: A natureza Selvagem Brasileira, Os Índigenas, A Descoberta do Brasil, A Vitória Portuguesa contra Franceses e Holandeses, Os Negros e a Escravidão, A Família Real e a Independência, Varnhagen e a Verdade Histórica. Em cima destes tópicos descritos, Reis usa vários outros críticos de A História Geral como interlocutores de sua problemática. Apontando as suas opiniões, divergências, convergências, suas lacunas, elogios e etc.

Seja citando J.H. Rodrigues, com o seu elogio a Varnhagen e sua contribuição historiográfica.

J. H. Rodrigues o considera o maior historiador da sua época e ainda hoje incomparável pela vastidão da obra, pelos fatos que revelou, pela publicação de inéditos, pelo seu enorme esforço e determinação. (Ibd, 2000. p 29).

Ou relatando as discordâncias de N. Odália ao estilo de Varnhagen em História Geral.

N. Odália discorda das avaliações anteriores. Para ele, a História Geral do Brasil foi escrita num estilo literário monótono, sem mostrar o dramático das tensões e opções. (Ibd. 2000.p 29).

Ou até mesmo a precisão de Capistrano de Abreu ao afirma no Necrológio de Varnhagen que o desconhecido o atraia.

Diante de documentos corroídos, esquecidos, desorganizados, ele se sentia desafiado. “Parecia um bandeirante em busca da verdade: bravo, destemido, persistente, vigoroso” (Ibd.2000,p.24). Falar desses interlocutores e suas críticas com relação A História Geral do Brasil aqui no artigo, como foi feito acima, nos ajuda a percebermos dentro do próprio texto e suas entrelinhas como Reis vai expondo e esclarecendo o seu próprio posicionamento em relação ao discurso fundador de Varnhagen na obra História Geral, em meio ao debate elaborado com esses autores. Reis os cita naquilo que ele quer argumentar, fala dos seus posicionamentos sobre o que seja, e depois faz o seu próprio argumento e critica sobre as principais abordagens de História Geral naquilo que ele quer trazer a discussão.

Vejamos; como vimos antes na citação referente a Odália e a sua crítica a História Geral, posta ser escrita num estilo literário, dito monótono, sem mostrar o dramático das tenções etc. Mas a frente, na sua fala com Odália, Reis da a sua própria opinião e crítica com relação A História Geral e sua relevância histórica diferente da análise de Odália.

Talvez se possa perguntar a Odália se as obras históricas que sucedem á de Varnhagen seriam também mais do que testemunhos de sua época e de sua história que se podia fazer então. Como todas são marcadas pelo lugar e tempo da sua produção e por um inevitável e necessário projeto de poder e dominação, são todas datadas, todas teriam no futuro um interesse restrito. Mas, é exatamente por essa razão que a leitura de todas é interessante, por revelarem a consciência histórica e a teoria\ metodologia da história de sua época. (Ibd, 2000.p 29) Fica demonstrado assim a forma como Reis ao longo de sua critica A História Geral vai fabricando o seu raciocínio.

Dando continuidade após este esclarecimento importante. Reis concorda ainda que existia uma grande demanda e deficiência de uma história para o Brasil que lhe dê-se visibilidade como Estado-Nação, história essa altamente pertinente como conceito de modernidade para o século XIX e os seus nacionalismos exaltados na Europa. Ainda segundo Reis, Varnhagen atualizado com as metodologias do seu tempo, como o método crítico por exemplo, a sua preocupação com a exegese documental, a busca pela verdade histórica, e o seu arcabouço teórico e metodológico fizeram de A História Geral e o seu discurso fundante, a representação máxima do pensamento dominante brasileiro do século XIX, além de ser um grande e farto documento de análise desse contexto.

Varnhagen representa o pensamento brasileiro dominante durante o século XIX, e ele o expõe com rara clareza, com fartura de fatos e datas, nomes e fatos. Deve ser lido como um grande depósito de informações sobre o Brasil, um arquivo portátil, e como a interpretação do Brasil mais elaborada e historicamente eficaz do século XIX. (Ibd, p.33)

No seu projeto, segundo Reis, Varnhagen em História Geral deu ênfase aos grandes vultos, heróis, datas, eventos, reis, rainhas, tratados, conquistas, as dinastias imperiais, os bandeirantes, a fauna e sua diversidade, os rios brasileiros, suas florestas, exaltou sua enorme costa litorânea.

Varnhagen ainda fez a ponte entre o homem branco dominador, o índio e o negro como elementos não só domesticados mais também integrantes da continuidade do mito da democracia racial deixado por Von Martius. O que garantiria essa unidade era o Estado brasileiro totalmente unificado e intolerante a quais quer vozes contrarias, sejam elas quais fossem. Era um projeto que fortalecia a ideia de identidade nacional brasileira como outro

Portugal aqui nos trópicos sem rupturas, descontínuos, levantes e longe das insurgências.

No essencial, a História do Brasil será a história de um ramo dos portugueses, pois o português foi o conquistador e senhor, ele deu as garantias morais e físicas ao Brasil. O português foi o inventor e motor essencial do Brasil. Aventureiro, no Brasil, se sentiu livre da sua obediência ao rei, sentiu que nada tinha acima de si, e avançou para a conquista do interior. O historiador deverá transportar o leitor á casa dos colonos e mostrar como viviam, como se relacionavam com seus vizinhos, escravos e família. Deverá mostrar a ação da igreja e da escola; como chegam as plantas e as árvores: como era a construção naval e a navegação, a vida militar e o comercio. Mostrar ainda, como chegavam ás ideias e as letras da Europa. Enfim, mostrar fundamentalmente a vida portuguesa no Brasil. Quanto as demais raças, o historiador filantrópico, humano e profundo, cristão não poderá deixar de abordá-las. Deverá defender essas raças desamparadas. Se o português é a raça mais importante, as raças etiópica e indígena reagiram positivamente. (Ibd. 2000, p 27).

Como vimos na citação, Reis define a postura de Varnhagen em relação a História Geral como a de um historiador que deveria responder as perguntas dos anos 1850, ao perfil do Brasil e suas novas exigências. Qual o modelo de raça a ser referencia? Como deveriam reagir as raças subalternas ao modelo eleito e encarregado de dirigir a nação? Como chegavam as novas ideias e as letras da Europa? As ações da igreja, da escola, a vida militar, o comercio, e principalmente as bases para uma identidade nacional que garantiriam a integridade do Brasil na formação de seu povo. A historiografia será essa mola mestra de legitimidade discursiva para Reis.

Portugal integrou o Brasil na rota da "grande História". O Brasil, portanto, foi, é e deverá continuar a ser português. Varnhagen será o mestre dessa história do Brasil, que Odália rejeita até com legitimidade. Aristocrata, elitista, sua história prioriza as ações dos heróis portugueses e brasileiros brancos. Para ele, a plebe --- índios, negros, caboclos, mamelucos, mulatos, pobres em geral --- seria desequilibradora do Brasil grande, atrasava-o desordenava-o, entravava o seu processo. O Brasil quer ser outro Portugal: uma grande nação imperial, uma potência mundial. A História Geral do Brasil abrirá esse futuro ás elites brasileiras no poder, nos anos 1850. E, no passado, todos os eventos e personagens que comprometem este futuro receberiam uma severa avaliação. (Ibd. 2000,p 32)

Vemos também aqui como Reis descreve e situa sua interpretação de a História Geral do Brasil no que diz respeito as suas legitimidades e rejeições contidas na obra. Qualquer discurso contrário ao seu projeto elitista e triunfalista aqui nas terras ameríndias deveriam ser sufocados, o Brasil ao

querer ser outro Portugal não poderia correr o risco de levantar e dar latência as vozes e personagens opostos ao da aristocracia, quer sejam índios, negros, caboclos, mamelucos, mulatos, e pobres de forma geral.

Destaco também no presente artigo como o historiador José Carlos Reis opina em sua crítica sobre A História Geral do Brasil como um documento representativo do pensamento social dos anos 1850. Ela para Reis, é uma fotografia de seu tempo que deve ser analisada pelo leitor a partir das condições e circunstâncias históricas em que foi produzida sem esperar um discurso fora de suas possibilidades temporais.

Entretanto, se se considerar que a sua História Geral do Brasil foi escrita nos anos 1850 e é representativa do pensamento histórico brasileiro e internacional dominante de então; se ele a escreveu naquelas circunstâncias históricas, políticas, culturais, e outras, naquele tempo, naquela historicidade, poder-se-ia esperar algo de diferente? Seria possível esperar um Varnhagen socialista? Democrático? Antiescravista? Um Varnhagen fora de sua atmosfera temporal, fora do leito da história? Individualmente, ele poderia ser socialista, democrata e antiescravista e teria um interesse particular, pioneiro; mas sua obra não representaria o seu tempo, não teria o valor coletivo e histórico que nos interessa ressaltar. É preciso situar as obras e seus autores em suas condições históricas objetivas e subjetivas para que se possa realizar uma análise justa e produtiva. Olhar a obra de Varnhagen com simpatia e compreensão é abrir-se a sua contemporaneidade, aceitar o diálogo com ele, ouvi-lo com paciência, apesar do “desejo que se tem às vezes de fechar o volume”. (Ibd, 2000. P,33)

A concepção histórica e epistemologia em História Geral do Brasil para Reis buscava então a verdade histórica, científica, gradualista, erudita, com o método crítico vendo a linearidade como um melhoramento do passado, nunca uma descontinuidade. Ela era progressista, a verdade era confiável por reunir grande quantidade de fatos históricos, era tangível e possível a análise dos seus críticos por conter parte do verídico e imparcial, era moderna por ser atualizada com os conceitos da época. Clássica que não se opunha as tradições, antes a livrava do ostracismo dando-lhe vigor por sua ética, onde o passado era o mestre do futuro, e o Estado centralizado seria quem garantiria a ordem e o progresso deste discurso.

Varnhagen quis produzir a verdade histórica do Brasil com uma “história científica”, isto é, documentada conforme o método, afastando o lendário e o maravilhoso e evitando os juízos de valor. Sua história, ele pretende que seja movida pelo amor a verdade e, assim como Ranke, ele quis narrar os eventos tal como se passaram. A verdade afirma ele, é alcançada ao se reunir o maior número de testemunhos, acareando-os entre si e com certos fatos já estabelecidos. (REIS. 2000.48)

5. conclusão

Como foi dito no início do artigo, problematizar e especificar a originalidade do discurso fundante de Varnhagen em *A História Geral do Brasil*, apesar de qualquer crítica quase faça, antes devemos reconhecer a sua configuração e importância historiográfica no século XIX. Confesso que ao ter contato pela primeira vez com a síntese do discurso fundante de Varnhagen, mesmo sendo feito por um comentador, no caso José Carlos Reis, com "As Identidades do Brasil de Varnhagen a FHC", fiquei inquieto com o seu projeto de identidade nacional para o Brasil. Órfão no início do século XIX de uma produção histórica que lhe dê credibilidade e unidade nacional em meio a inúmeras interrogações existentes em tal contexto. Preconceituosamente á joguei de inócua, anacrônica, incoerente, racista, vazia de teoria e inconsequente. Mas, a partir da minha inquietação por tal escrita, durante a pesquisa do artigo, minha sensibilidade de historiador falou mais alto, e pude perceber no contato com *História Geral* que realmente Varnhagen é digno do título, "Heródoto Brasileiro".

Não por acaso, a obra de Varnhagen foi e é marcante como uma ressonância do Brasil após o seu discurso fundante. Um exemplo disto é o próprio José Carlos Reis que se propõe a pesquisa-lo a partir das múltiplas possibilidades discursivas que se apresentam a partir da proposta de Varnhagen de inventar uma história para o Brasil, isto é, ser precursor da historiografia nacional atrelada com uma ideia de identidade brasileira. Entre mortos e feridos, paixões e desamores, que seu discurso provoca nos debates historiográficos, devemos reconfigura- ló a cada contexto de análise, mas nunca torna-lo findo de possibilidades historiográficas.

Portanto, também pela sua relação com os limites que o corpo impõe, seja á maneira do lugar particular de onde se fala, seja á maneira do objeto outro (passado, morto) do qual se fala. (CERTEAL, 1982, p.68 De toda, a pesquisa está circunscrita pelo lugar que define uma conexão do possível e do impossível. Encarando-a apenas como um dizer, acabar-se-ia por reintroduzir na história a lenda, quer dizer, a substituição de um não lugar social, pelo contrário, a história se define inteira por uma relação de linguagem com o corpo (social) e, -69)

A partir da pergunta que nós historiadores (as) formulamos sobre o passado que comporta nosso objeto de estudo, como. Quais suas influências sociais, imaginárias, culturais, políticas e etc? Além de levarmos em consideração também as próprias perguntas e discursos envolvidos na atmosfera de nosso contexto, é que nos atrevemos a fabricar a história, sempre na minha concepção entendida como representação do real, segundo o raciocínio de

Certeau. É por isto que insisto no aprofundamento analítico do contexto social de Varnhagen, para que não caiamos na ingenuidade de cometermos anacronismos que distorcem a análise historiográfica comprometida em perceber as especificidades temporais e sociais que configuram qualquer contexto.

..... A influência alemã sobre o seu pensamento deve ser forte também em virtude de sua origem paterna. Ele estará bem adaptado á produção de sua época. Não só estava atualizado com o que se fazia na Europa, como foi um dos pioneiros da pesquisa arquivística e do método crítico que o século XX redescobriu e aprimorou. Tanto quanto Ranke, Varnhagen é um historiador típico do século XIX. (Canabrava, 197 Odália 1979)”(Reis, 2000, p.24)

Fiz questão de expor esta citação acima para ratificar o peso do lugar social na produção de Varnhagen em História Geral, e sobre a sua concepção histórica em relação ao Brasil do século XIX. Varnhagen tem em sua formação na Europa, contato com o método crítico e erudito de Leopold Von Ranke, (principal articulador da história como ciência, a serviço dos interesses dos Estados nacionais na Europa do século XIX), e que tem como objetivo formular a realidade histórica e científica, separada da filosofia da história de Hegel, que especula através da metafísica o saber histórico. Portanto, A Alemanha produziu a filosofia da história e o seu antídoto: Hegel e Ranke são, respectivamente, os maiores representantes da filosofia da história e da história científica “(Reis,1999, p.15). Tal método erudito rankiano que visa dar sustentabilidade á história como ciência, ainda hoje, como cita o próprio Reis, é confundido com o “positivismo” que cresce na França, após a guerra (franco-prussiana) em 1870, e principalmente a partir de 1876, com a fundação da “Révue Historique”, que influencia pesquisadores franceses como Monad, Lavisse e Seignobos por exemplo. Tais positivistas carregaram explicitamente o espírito iluminista em relação a moral, igualdade e fraternidade universal em suas concepções. Tal confusão, ainda segundo Reis, em relação a método “erudito” e “positivismo”, se deve por conta das grandes criticas feitas pelos annales com Febvre e Bloc, historiadores com grande espírito patriota francês, que chamam de positivistas os historiadores vencidos de 1870, que passam a ser associados, inclusive ainda hoje, ao método crítico e científico proposto por Ranke. “Porém, herdeiros desse tema, os pensadores da Alemanha romântica, antes de o retransmitirem a nossos historiadores seus discípulos, o ornamentaram, por sua vez, com os prestígios de muitas seduções ideológicas novas”(BLOCH,2001,p.57)

Fiz questão de tratar e delimitar o método erudito rankiano aqui no artigo para podermos entender melhor o porquê do discurso fundante de Varnhagen em História Geral do Brasil e quais foram as suas ressonâncias no campo social e administrativo do Brasil Império, já que Varnhagen sofreu suas influências teóricas de forma categórica e direta, e como já vimos. Foi ele, Varnhagen,

quem se propôs a dar continuidade ao “mito da democracia racial brasileira” apresentado por Von Martins, e é nessa continuidade discursiva que a narrativa historiográfica de Varnhagen e sua obra, crescem e se desenvolvem, o tornando, segundo as palavras de José Carlos Reis, a grande síntese do Brasil do século XIX.

..... Varnhagen tomará para si esta tarefa e se tornará o primeiro grande “inventor do Brasil”. As sínteses anteriores sobre o Brasil foram válidas em sua época e continuavam e continuarão ainda válidas. Mas a grande síntese do Brasil do século XIX será a de Varnhagen (Reis, 2000. P, 28)

Na proposta do método erudito, percebo que Varnhagen torna-se digno de ser reconhecido como autoridade em si para sua tarefa, pois como vimos o método traz os eventos ao presente do analista tal como aconteceram, onde o pesquisador não modifica e nem altera o resultado bruto do documento que está pronto para descrever o fato como aconteceu de forma objetiva e científica, esta é a meta a ser alcançada. História Geral se desenrola nos tramites de uma autoridade científica inquestionável, é uma realidade, um extrato analítico do social reconhecido como verdade “O acto de categorização, quando consegue fazer-se reconhecer ou quando é exercido por uma autoridade reconhecida, exerce poder por Si.”(BOURDIEU, 1989, P.116) além desta capacidade de dizibilidade e visibilidade dos documentos minuciosamente analisados, o caminho encontrava-se aberto para Varnhagen como vimos na citação acima. Daí a justificativa de vermos o discurso fundante de Varnhagen como “documento monumento”, pois em seu contexto, problematizando esta citação de Bourdieu, Varnhagen no seu acto de categorização se faz conhecido como autoridade para dizer qual a verdadeira identidade para o Brasil, pois o poder simbólico que lhe foi atribuído no seu acto de categorização, já exerceria poder por si só, no imaginário de Brasil império. Se hoje damos novas interpretações ao seu discurso fundante, estas se devem pelo fato de toma-lo pelo viés do documento monumento, que também é exercido e reconhecido como dizível e visível é lógico por novos discursos de autoridade, como as instituições acadêmicas de nosso contexto por exemplo.

Com o lugar social, as influências teóricas e metodológicas contextualizadas e percebendo em História Geral do Brasil como a síntese do discurso fundante de varnhgen.” ninguém pode graduar-se em história do Brasil sem ter lido Varnhagen” (Reis, 2000,p. 29). Tal destaque de Reis na assertiva de evidenciar Rodrigues e sua opinião com relação á Varnagen é pertinente, pois o ofício do(a) historiador(a) é pesquisar em suas fontes disponíveis, o máximo possível de indícios que o leve a fabricar a sua concepção sobre seu objeto de pesquisa.

Chamo a atenção para isto, porque não devemos cobrar de Varnhagen uma identificação com a ideia de república por exemplo já que o seu lugar social é a monarquia por ideologia. Perceber historiograficamente a síntese de Varnhagen em História Geral é procurar entender a consciência histórica, teórica e metodológica de sua época, incorporando o espírito do século XIX, e sua conjuntura como um recipiente incompleto de significados.

ABSTRACT

This article takes as its starting point the work General History of Brazil, written by Adolpho Varnhagem, and published in 1854. Considered the founding speech of the Brazilian nation, we understand to be the same a document-monument that has undergone changes in its interpretative analysis over history. The purpose is here, and present the work itself and its internal organization and main themes, drawing a parallel with the analysis carried out by José Carlos Reis, in order to give relief to the concerns and criticisms that the HGB suffered during the nineteenth and twentieth century and which still arouses the interest of historians, who continue to make it and reconfigure it from their new and multiple concerns.

Keywords: Brazilian Historiography. Varnhagen. founder speech.

6. Referências Bibliográficas

BLOCH, March Leopold Benjamim. Apologia da História, ou, O ofício de Historiador, prefácio, Jacques Lê Goff, apresentação á edição brasileira, Lilia Moritriz Schwarcz, tradução, Andre Telles – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2001, pp.51-68.

BOURDIEU, Pierre. "Capítulo V: A Identidade e a Representação – Elementos para uma reflexão crítica sobre a ideia de região", In: " O Poder Simbólico" Lisboa, Dif /Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1989, pp.107-132.

CERTEAU, Michael de. A Escrita da História; tradução de Maria de Lourdes Menezes ;*revisão técnica [de] Arno Vogel - Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982, p.68-69.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. "Nação e Civilização nos Trópicos: o Instituto Histórico Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional". *Revista Estudos Históricos*, América do Norte, 1, jan. 1988.

MONTEIRO, Luíra Freire. "A irmandade como retórica, em tempos de construção da nação". In *Retórica da alteridade: Portugal e portugueses na historiografia brasileira*. São Paulo: Hedra, 2016.

REIS, J.C. Anos 1850: " Varnhagen: o elogio de acolonização portuguesa". In: REIS, J. C." *As Identidades do Brasil: de Varnhagen á FHC*" Rio de Janeiro Fundação Getúlio Vargas, 2000.

REIS, José Carlos. *A História, entre filosofia e a Ciência*. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 1999, pp.15-32.